

# Justiça em

ano IV - dezembro 2010 - número 20



# REVISTA

publicação bimestral da Justiça Federal de Primeiro Grau em São Paulo

## Conciliação



Cada vez mais presente,  
as ações, projetos e  
mutirões de conciliação  
estão solucionando  
com mais agilidade  
os conflitos na Justiça Federal

### NESTA EDIÇÃO

---

**ACONTECEU ESPECIAL DE FINAL DE ANO**

**GESTÃO DOCUMENTAL**

**WEB-RÁDIO**

**PERFIL REGIONAL DE CAMPINAS**

# Um novo ano se aproxima

Com imensa alegria, apresento a todos os magistrados, servidores da Justiça Federal de São Paulo e aos demais órgãos que recebem esta publicação, nossa última edição de 2010. Neste editorial, eu não poderia deixar de fazer um retrospecto de tudo que a Seção Judiciária de São Paulo vivenciou neste ano.

Tomei posse como Diretor do Foro da Seção Judiciária de São Paulo e, com minha equipe de servidores do Administrativo Central, enfrentamos muitos desafios. De todos estes, considero como o maior o nosso cronograma de inaugurações de varas e juizados criadas pela Lei 12.011/2009 e localizadas pela Resolução 102/2010, bem como a necessidade iminente de mudança de prédio de algumas Subseções para um melhor atendimento da população.

Com muito trabalho e dedicação conseguimos entregar novas instalações em Jales e Bragança Paulista e honramos o cronograma da Resolução 102, com as inaugurações de Barretos, Taubaté e Presidente Prudente. Ainda em dezembro estão previstas as inaugurações em Itapeva, Osasco, Mauá, São Paulo e Piracicaba. Como não poderia ser diferente, este resultado só foi possível graças ao trabalho das diversas equipes que compõem a



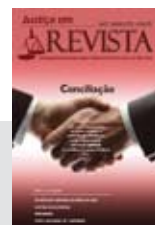
Administração Central e ao esforço regional de juízes e servidores nas inaugurações e ampliações de Fóruns já criados. Não poderia deixar de mencionar também a colaboração do Desembargador Presidente do TRF3, Dr. Roberto Haddad, o qual apoiou a Diretoria do Foro em todas as necessidades e esteve ao nosso lado, ajudando na solução de problemas. Ainda, cabe

citar a participação dos Exmos. Juízes Vice-Diretores do Foro, Dr. Roberto da Silva Oliveira, pelo interior, e Dr. José Henrique Prescendo, pela capital, em cujas companhias direcionamos nossa atuação.

Nesta edição o leitor encontrará matérias sobre os fatos que aqui citei e sobre tantos outros acontecimentos como cursos, palestras, campanhas e treinamentos, tudo compilado em "Aconteceu Especial 2010". A matéria de capa trata da importância e os resultados obtidos com as conciliações. Acompanhamos a continuidade dos trabalhos de Gestão Documental e exemplos de boas práticas adquiridas ao longo do projeto. Publicamos também um balanço sobre o projeto Web-rádio que, desde setembro, permite aos magistrados e servidores ouvir informações da JFSP e música para um dia de trabalho mais leve. Aproveito o ensejo, para agradecer aos colegas que me escreveram de diversas Subseções nos parabenizando por este novo veículo. Por fim, esta edição traça o perfil regional da Subseção de Campinas.

Agradeço a todos os magistrados e servidores da Justiça Federal de São Paulo, por todas as realizações deste ano, nas diversas frentes de trabalho e desejo a todos um excelente 2011.

CARLOS ALBERTO LOVERRA  
Juiz Federal Diretor do Foro



## EXPEDIENTE

Juiz Federal Diretor do Foro  
Carlos Alberto Loverra

Juizes federais vices-diretores do foro  
José Henrique Prescendo (capital)  
Roberto da Silva Oliveira (interior)

Diretor da Secretaria Administrativa  
Oscar Paulino dos Anjos

Diretor do Núcleo de Comunicação Social  
Helio C. Martins Junior

Seção de Multimídia e Audiovisual  
Gerrinson Rodrigues de Andrade (supervisor)  
Coaracy Caracas  
Elizabeth Branco Pedro  
Javã de Carvalho

Seção de Produção de Texto  
e Atendimento à Imprensa  
Ricardo Acedo Nabarro (supervisor)  
Dorealice de Alcântara e Silva  
Viviane Ponstinnicoff

Estagiários  
Cíntia Ranusia  
Vinicius Ribeiro

Contato: [jf-imprensa@jfsp.jus.br](mailto:jf-imprensa@jfsp.jus.br)  
Telefones: (11) 2172-6432

Visite também a versão virtual da revista em  
<http://intranet.jfsp.jus.br/revista/index.htm>

|                                  |    |
|----------------------------------|----|
| Gestão Documental .....          | 03 |
| Aconteceu Especial .....         | 04 |
| Conciliação.....                 | 06 |
| Web-Rádio .....                  | 08 |
| Lazer no dia a dia .....         | 09 |
| Perfil Regional - Campinas ..... | 10 |
| Dicas de Saúde.....              | 11 |
| Livros.....                      | 11 |
| Imagem da Vez .....              | 11 |

# Gestão Documental continua e não pode parar

Ricardo Acedo Nabarro

Desde a aprovação do Programa de Gestão Documental pelo colegiado do Conselho da Justiça Federal, a preocupação com a conservação de documentos e preservação do patrimônio público é uma constante na instituição. Um conjunto de políticas foi adotado pelos cinco tribunais federais do país, com práticas que privilegiam a preservação da documentação considerada histórica.

O objetivo do programa visa racionalizar o ciclo documental, com produção ordenada, tramitação segura, localização rápida e precisa e eliminação sistemática dos documentos que já perderam a sua importância para a instituição.

"Além da preservação, a gestão documental serve como ferramenta importante para a solução dos sérios problemas de superlotação dos arquivos da Justiça Federal, que geram custos crescentes com a ocupação de espaços nos fóruns que poderiam ser destinados a outros fins", diz o juiz federal conselheiro da CPAD (Comissão Permanente de Avaliação de Documentos) Dênio Silva Thé Cardoso.

Os trabalhos da gestão documental na Seção Judiciária de São Paulo tiveram início a partir da constituição do então Grupo Permanente de Avaliação de Documentos (GPAD) e os respectivos grupos setoriais em cada subseção judiciária. A publicação do primeiro edital de eliminação de processos ocorreu em 16/1/2008, com a análise de 2.007 autos. "Após uma série de visitas às subseções pelos membros da CPAD visando a conscientização da importância do trabalho, cresceram as publicações de editais por todas as subseções", conta o juiz Dênio Cardoso.

Entre 2008 e 2010, houve a análise de 96.993 processos e eliminação de 82.699 (dados set/2010), gerando cerca de 42,5 toneladas de papel reciclado. "São dados numericamente significativos, mas ainda pequenos face o acervo de autos e de documentos passíveis de análise e eliminação", diz o juiz.

Nesse período, as subseções do interior deram uma grande contribuição à gestão documental, participando com cerca de 66% do total de autos analisados, o que é um dado positivo. Todas as subseções promoveram a publicação de editais desde então. "Citamos, a título ilustrativo, as subseções de São Bernardo do Campo, São José do Rio Preto e Presidente Prudente, com respectivamente 9.714, 8.980 e 8.093 autos analisados desde 2008", destaca Cardoso.

No entanto, o juiz afirma que houve uma queda acentuada no ritmo dos trabalhos nos últimos dois anos. "Cumprir ser dito que cada comissão setorial tem ampla liberdade na escolha do método de trabalho, ressalvada, por óbvio, a necessidade de observância das resoluções do

Conselho da Justiça Federal a respeito".

Para Dênio Cardoso, essa liberdade facilita os trabalhos da gestão documental, já que leva em consideração as peculiaridades de cada subseção. "Em São José do Rio Preto, por exemplo, decidimos criar subcomissões em cada uma das seis varas instaladas, fazendo com que os juízes se responsabilizem pela gestão dos processos que tramitam em suas varas. Tal distribuição de tarefas visa, além de incrementar os trabalhos, chamar os juízes e servidores a cumprirem com a atribuição constitucional e legal da gestão documental".

A queda no ritmo de trabalho das comissões setoriais, de forma geral, demonstra a necessidade da CPAD de iniciar novo trabalho de conscientização quanto à gestão documental, notadamente junto aos juízes. "A grande carga de trabalho que todos (juízes e servidores) temos não pode servir como empecilho à gestão documental. É importante lembrar que este trabalho ainda é recente na Seção Judiciária de São Paulo e no futuro deverá ser melhor estruturado".

## São Bernardo do Campo é exemplo de eficiência

"Na minha opinião, os trabalhos de gestão são extremamente eficientes. Nosso arquivo é imenso, sobretudo porque temos apenas três varas. Se nenhum processo tivesse sido eliminado até o momento, simplesmente estaríamos sem espaço de arquivamento há pelo menos dois anos. O principal avanço veio com a simplificação dos prazos para eliminação, facilitando o trabalho de classificação das varas no processo de arquivamento, racionalizando o espaço e evitando erros. Nesta subseção todas as varas trabalham na gestão documental, o que propicia maior velocidade na análise dos autos e nos trabalhos da gestão. Os setores de protocolo e distribuição fazem a reclassificação. O administrativo e o setor de arquivo trabalham em uníssono e realizam a conferência dos editais antes da eliminação, da guarda amostral e a eliminação propriamente dita. Estabelecemos cotas mensais, às vezes semanais. Todas são cumpridas rigorosamente. Há o engajamento de quase todos os funcionários do Fórum em virtude da falta de espaço para o arquivo dos autos."

**Juíza federal Ana Lúcia Tucker Meirelles de Oliveira, presidente da Comissão Setorial de Avaliação de Documentos**





Desembargador Federal  
Roberto Haddad



Juiz Federal  
Carlos Alberto Loverra

**NOVOS DIRIGENTES** – Tomaram posse no dia 19/2 os novos dirigentes do Tribunal Regional Federal da 3ª Região. São eles os desembargadores federais Roberto Haddad (presidência), André Nabarrete (vice) e Suzana Camargo (corregedora-regional); na Seção Judiciária de São Paulo os juizes federais Carlos Alberto Loverra (diretor do Foro), José Henrique Prescendo (vice diretor do foro-capital) e Roberto da Silva Oliveira (vice diretor do foro-interior).



Barretos



Jales



JEF-USP

**INAUGURAÇÕES** – Diversas inaugurações ocorreram em 2010. Em destaque o Protocolo Integrado na Faculdade de Direito da USP (12/2); a Seção de Atendimento do Núcleo de Arquivo e Depósito Judicial na unidade da Presidente Wilson (12/2); novo prédio da Justiça Federal em Jales (18/6); a 38ª Subseção Judiciária em Barretos (24/9); novo prédio da Justiça Federal em Bragança Paulista (21/10). Até a data de fechamento desta edição (22/10) estavam previstas ainda inaugurações para 2010 em Taubaté (1 vara mista), Presidente Prudente (1 vara mista), Osasco (2 varas mistas) Itapeva (JEF), Mauá (1 vara mista) e São Paulo (JEF).\*



Bragança Paulista



**CAMPANHAS INSTITUCIONAIS E EVENTOS** – Durante todo o ano a Justiça Federal de São Paulo realizou diversas campanhas solidárias e eventos comemorativos. Entre eles o Dia Internacional da Mulher (8/3); Dia Mundial do Meio Ambiente – II Mostra no TRF3 (5/6); Campanha para o Melhor Uso das Mensagens Eletrônicas (1/6), Campanha do Agasalho (14 a 30/6); Dança de Salão (iniciada em 24/6); Arraiá em Araraquara (22/6); S.O.S. Nordeste (15/7); Doação de mobiliário para Santa Casa de Tupã (26/7); Arrecadação de Brinquedos (30/9); Dia do Servidor Público (27 e 28/10).



**CURSOS** – Servidores participaram de diversos cursos durante o ano, com destaque para o treinamento "Silverstripe" (6/4); Curso de Retórica (20 a 29/7); Workday de Trabalho em Equipe; Desenvolvimento Gerencial; Reciclagem Anual dos Agentes de Segurança (13/9); e Libras (18/8 a 15/12).\*

**LEILÕES** – Foram realizados leilões judiciais e extrajudiciais pela Central de Hastas Públicas da Justiça Federal na capital. Em Ribeirão Preto um avião foi a leilão em procedimento de alienação antecipada de bens (21/9)







Atualização em processo civil, ministrado pelo Juiz Federal Omar Chamon (esquerda)



**PALESTRAS** – Várias palestras foram realizadas na capital com transmissão por videoconferência para os demais fóruns do interior. Entre elas “Violência do Cotidiano” (20/4); “Conceito de Liderança” (8/6); “Oficina da Memória” (20/8); “Ciclo Jurídico no JEF/SP” (18 e 23/6); e “Atualização em Processo Civil” (5/10).\*



Encontro de Gestores Adm. das Subseções



Encontro de Gestores da Adm. Central



Encontro de Gestão Orçamentária



Encontro de Contadores

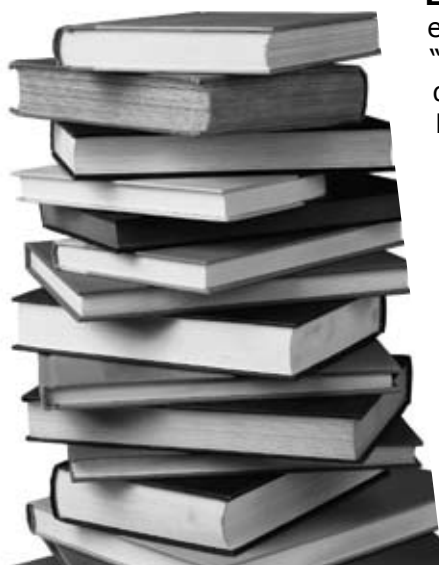


Oscar Paulino dos Anjos  
Diretor da Secretaria Administrativa

**ENCONTRO DE GESTORES** – Diversos encontros setoriais foram realizados em 2010 na busca da padronização e aperfeiçoamento de procedimentos. Destacam-se o de Contadores (17, 18 e 21/6); Sul Americano de RH (18/5); Distribuição e Protocolo (23 e 24/8); Gestão Orçamentária (4 a 7/10); e Administradores da Capital e do Interior (16, 29/9 e 18/10).\*



**DESTINAÇÃO DE VALORES** – Graças à entrega de valores provenientes de ações penais em trâmite na Justiça Federal de São Paulo, no dia 15/5 a Fraternidade irmã Clara (FIC) inaugurou nova sede na Barra Funda; em 4/7 foi a vez da favela no Paraisópolis ganhar uma creche erguida pelo Instituto Anglicano, que teve sua cozinha equipada com recursos da JFSP; no dia 11/8 foram inauguradas as novas instalações da Creche Ave Maria em Embu das Artes.\*



**LIVROS** – Juizes, servidores e setores administrativos lançaram livros, cartilhas e manuais voltados para o melhor conhecimento da área jurídica. Destacam-se “Mandado de Segurança” lançado pelo juiz federal Heraldo Garcia Vitta; “Lavagem de Dinheiro – Jogos de Azar e Futebol Análise e Proposições” do juiz federal Fausto Martin De Sanctis; “Direito Comercial: direito de empresa” do juiz federal Luis Gustavo Bregalda Neves; “Questões de Direito Canônico” do servidor Edson Luis Sempel; “A Propriedade Intelectual do Direito do Trabalho” do servidor Francisco Minharro; “Uso Consciente do Correio Eletrônico” e “Guia Prático para Jornalistas” editados pelo Núcleo de Comunicação Social; e a participação da Justiça Federal na Feira Internacional do Livro em Ribeirão Preto (15/6).

\*Assista aos vídeos no Podcasting do site da JFSP: [www.jfsp.jus.br/podcasting/](http://www.jfsp.jus.br/podcasting/) Até o fechamento desta edição, mais de **30 vídeos** (reportagens, ações, palestras e cursos) foram postados durante o ano de 2010.



# Conciliação é a solução

Viviane Ponstinnicoff

“A conciliação, antes de tudo, tem proporcionado às partes o efetivo acesso à Justiça, pois elas participam diretamente no resultado apaziguador do conflito. Além de despertar no cidadão o sentimento de segurança e confiança, encorajando-o na defesa de seus direitos, a conciliação devolve credibilidade, eficiência e, sobretudo rapidez na prestação jurisdicional”. Com essas palavras, o desembargador federal coordenador do gabinete da Conciliação do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3), Antonio Cedenho, define o que é este ato capaz de reduzir processos na justiça.

O Programa de Conciliação teve início em dezembro de 2004. Surgiu como um projeto piloto que tinha por meta celebrar acordos relativos ao Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e Caixa Econômica Federal (CEF). Com o sucesso do Programa, em 2005 o TRF3 realizou a 1ª Semana de Conciliação. Além das audiências relativas ao SFH, tratou também de questões previdenciárias, correção dos saldos de FGTS, dívidas de correntistas com a CEF, dentre outras operações, resultando em 79,4% dos casos finalizados nas 80 audiências realizadas. De lá para cá, o número de processos envolvidos cresceu de maneira significativa.

Estes mutirões vêm sendo realizados todos os meses, em duas semanas distintas, uma para processos de 1ª Grau e outra para processos que estão em grau de recurso. Durante as atividades, as audiências são presididas por juízes federais ou juízes federais substitutos, especialmente convocados e com poderes para dirimir todas as questões pertinentes à tentativa de conciliação, bem como homologar acordos. Não obtendo acordo, a audiência pode ser remarcada ou, se o processo for de 2ª Grau, os autos retornam aos gabinetes dos respectivos desembargadores federais, para julgamento oportuno.

Em dezembro de 2007 o TRF3 criou o Gabinete de Conciliação. Ele solicita aos gabinetes dos desembargadores que tratam de matéria previdenciária e SFH um levantamento prévio dos processos cujas partes podem chegar a acordo. Após esta etapa, é feito um contato com a Caixa Econômica Federal e com o INSS, que formulam propostas de conciliação.

Os processos de financiamento da casa são separados por área: por exemplo, Santos, São Paulo e grande São Paulo formam uma área; Ribeirão Preto, Franca e Araraquara, outra. Após essa separação, cria-se uma agenda de datas para audiências de conciliação com a Caixa nas respectivas regiões.

Nos processos com matéria previdenciária, é solicitada à equipe de procuradores do INSS uma avaliação dos casos em que é possível fazer acordo. Em seguida, o INSS faz uma proposta, o Gabinete da Conciliação a encaminha para a parte autora que poderá concordar ou não. Concordando, homologa-se e implanta-se imediatamente o benefício. Não havendo acordo, o processo retorna para o gabinete de origem.

O Gabinete da Conciliação possui uma sala para procuradores e funcionários do INSS, uma para reunião e outra para o Gabinete do coordenador da Conciliação no TRF3, desembargador federal Antonio Cedenho.

“A conscientização da sociedade brasileira, principalmente da população de menor renda, de sua cidadania, de seus direitos individuais e coletivos proporcionados pela Constituição Federal de 1988, aumentou sobremaneira o número de demandas no Judiciário. Dessa forma, a conciliação passa a representar uma solução inadiável dessa população que, cada vez mais, recorre – e deve recorrer – às soluções alternativas para a solução de seus conflitos”, diz o desembargador.

## O GABINETE DE CONCILIAÇÃO

Foto: Arquivo ACOM/TRF3



## SEMANA NACIONAL DA CONCILIAÇÃO

Em dezembro de 2008, pela primeira vez, o TRF3 realizou a Semana Nacional de Conciliação fora das dependências do Tribunal e dos fóruns. As audiências aconteceram em espaço mais amplo, no Estádio Municipal do Pacaembu, possibilitando um melhor atendimento à população, uma vez que o evento foi realizado em conjunto com o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e com o Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região. Naquela oportunidade, estiveram em pauta 5.468 processos de 1º e 2º Graus e dos Juizados Especiais Federais.

Em dezembro de 2009, na Semana Nacional de Conciliação, a Justiça Federal de 1º e de 2º Graus realizou 2.848 ações, obtendo 1.432 acordos, perfazendo 50,28% de acordos. Vale ressaltar que devido ao enorme volume das chuvas que atingiram a região metropolitana de São Paulo, houve um elevado número de ausências, o que prejudicou em muito o número de audiências realizadas.

Pelos números apresentados, verifica-se que a conciliação é uma prática saudável e necessária para a eficaz aplicação da justiça, além de ter se mostrado um instrumento moderno de aproximação entre o Judiciário e as camadas mais carentes da população.

“A valorização do diálogo, da negociação e da autonomia das partes, que pactuam o que entendem melhor para si, diminuem sobremaneira a possibilidade de descontentamento e são consideradas condições essenciais para se chegar à resolução satisfatória dos litígios”, diz Cedenho.

Em 2008, o TRF3 já registrava mais de cinco mil acordos realizados com Instituto Nacional de Seguridade Social, totalizando mais de R\$ 40 milhões pagos em benefícios. E a Caixa Econômica Federal por sua vez arrecadou em torno de R\$ 42 milhões por contratos inadimplentes, chegando a fechar mais de 1.900 acordos, segundo informações fornecidas pela desembargadora federal Marisa Santos, coordenadora dos Juizados Especiais Federais da 3ª Região.

No ano de 2009, a Justiça Federal de 1ª e de 2ª Graus atingiu 7.125 acordos dentre 16.246 ações, resultando em 43,86% de acordos alcançados. O montante dos acordos foi de R\$ 135.502.685,25.

Nos últimos anos, tanto as Seções Judiciárias do TRF3 quanto o próprio Tribunal têm realizado grandes esforços para estimular a conciliação entre as partes. Afinal, esta não apenas possibilita a pacificação social, através de concessões mútuas, como abrevia o curso do processo e, em alguns casos, até mesmo diminui os custos das partes envolvidas, ao dispensar perícias técnicas e outras medidas gravosas. Por fim, ao firmarem um acordo, as partes afastam a possibilidade de recursos, desafogando o Tribunal.

Está em estudo um canal eletrônico de solicitação de conciliação, no qual o jurisdicionado ou seu advogado preencherá os campos de um formulário para solicitar a inclusão do processo de interesse em uma das pautas de conciliação.

A partir desta solicitação, verificações serão feitas para atender ao pedido e uma resposta, positiva ou negativa, será enviada ao e-mail do solicitante. Além do canal eletrônico de solicitação de conciliação, o Gabinete da Conciliação deverá incluir outras matérias processuais, tais como usucapião, execução, ações relativas a entidades representativas de categorias profissionais, ações de empresas de telefonia e ações de empresas do setor de eletricidade.

Enquanto a Secretaria de Informática do Tribunal Regional Federal da 3ª Região está desenvolvendo o canal eletrônico, os advogados estão utilizando os e-mails [conciliar@trf3.jus.br](mailto:conciliar@trf3.jus.br) e [concilia@trf3.jus.br](mailto:concilia@trf3.jus.br) para requerer a inclusão de processos em pauta de audiências do Sistema Financeiro da Habitação e matérias previdenciárias.

Também em decorrência da preocupação com a qualidade dos serviços prestados aos clientes externos – os jurisdicionados e os advogados – e aos clientes internos – servidores, magistrados, estagiários e prestadores de serviços – haverá reciclagem e treinamento periódico dos componentes dos quadros do Gabinete da Conciliação.

Fonte: Gabinete de Conciliação TRF3

Mutirão realizado no Memorial da América Latina em 2009



# Web-rádio coloca juízes e servidores em sintonia

Vinicius Ribeiro

A mágica da rádio agora também está no ar, ou melhor, na rede da Justiça Federal de São Paulo. Desde o dia 1º de setembro, a Web-Rádio Em Tempo está funcionando a todo vapor com uma programação musical eclética, informação cuidadosamente selecionada e quadros que aliam informação e diversão. Uma das maiores inovações ocorridas nos últimos anos na comunicação institucional da Justiça Federal.

Embora com apenas quatro meses de funcionamento, a rádio conquista cada vez mais adeptos tanto nos setores administrativos, quanto nas diversas varas espalhadas pelo estado. A diretora de secretaria da 2ª Vara de Execuções Fiscais, Sílvia Triboni, opina sobre a importância da Web-Rádio Em Tempo na rotina dos servidores. "A iniciativa da Diretoria do Foro em conectar todos os servidores em um mesmo instrumento, não só nos atualiza quanto aos recentes acontecimentos do judiciário, como também nos ajuda a equilibrar as energias com boa música".

Na opinião de Sílvia, a Web-Rádio não é só mais um veículo de comunicação, mas também um sinal de que o gerenciamento da JF/SP está em processo evolutivo. "O aprimoramento na área da comunicação é prova do crescimento gerencial da Justiça Federal, que está sempre sintonizada com as mais modernas práticas administrativas", conclui a servidora.

A satisfação de juízes e servidores com a programação da Web-Rádio é demonstrada em várias mensagens recebidas pela equipe de diversos pontos do estado. O servidor da 6ª Vara de Campinas, Márcio Henrique Baroni, fala sobre sua satisfação com a rádio. "Estou extremamente satisfeito com a programação, especialmente a musical, afinal a música acalma as pessoas e aguça a memória. Agora trabalho com mais alegria", ressalta Baroni.

Além da programação musical e informativa, há quadros que são grandes atrativos da programação da Web-Rádio Em Tempo. O "Passeio no Tempo", que conta fatos históricos ocorridos no passado; o "Dicas de Saúde" e o "Dicas de Gerenciamento" são alguns exemplos que enriquecem a programação. "Memória deve ser cultivada, saúde é um bem que necessita de informação para ser preservado e, pequenas mudanças que se apliquem na rotina auxiliam a produtividade, sem dúvida essas idéias são ótimas", avalia Baroni sobre a importância dos quadros.

A empolgação e o otimismo tomam conta das pessoas que fazem a Web-Rádio acontecer. Desde estagiários até a direção do Núcleo de Comunicação Social, responsável pelo gerenciamento do veículo, trabalham intensamente e contam com a cooperação de várias outras áreas. O principal locutor da Web-Rádio Em Tempo, Gerrinson Rodrigues de Andrade, conta sobre os efeitos positivos do projeto. "O retorno que temos disso é superior a qualquer investimento que se possa fazer em estrutura. À primeira vista, talvez, a Web-Rádio nos pareça um bom instrumento de comunicação, mas é bem mais que isso. É também um gesto de afeto, um modo de agradecer pelo esforço maluco de todo mundo em levar adiante este nosso complexo ofício".

Os investimentos em comunicação social nas instituições públicas crescem nos últimos anos, inclusive nos veículos internos voltados a seus funcionários. Isso prova que o importante em uma empresa, seja ela privada ou pública, não é apenas o produto do trabalho desenvolvido, mas também a satisfação e o bem-estar de quem produz. "A Justiça Federal é uma das mais importantes instituições do país e deve acompanhar o ritmo das mudanças que estão a acontecer no mundo, seja em tecnologia, ou até mesmo no modo de tratar as pessoas que compõem a própria instituição. A Web-rádio é um excelente exemplo de como podemos dar mais atenção e carinho aos servidores, utilizando a boa tecnologia disponível", conclui Gerrinson.





# Lazer deve fazer parte do dia-a-dia

Cíntia Ranusia Carvalho

Criado em agosto de 2010, o Setor de Convênios e Agenda Cultural (SEAG) surgiu do voluntariado do servidor Neemias Gomes de Oliveira, que por iniciativa própria e por afinidade com este tipo de trabalho, organizava grupos para assistir peças de teatro, musicais, etc. Marcelo Mazo, supervisor assistente responsável pelo setor, explica que esses trabalhos que antecederam a criação oficial do SEAG eram isolados e sem contexto profissional e que a partir de agora serão sistematizados.

Este novo setor do Núcleo de Saúde (NUSA) tem como objetivo dar ferramentas para o servidor da Justiça Federal buscar melhor qualidade de vida, encontrada não apenas em atividades que proporcionam a saúde física. Ter qualidade de vida significa entre outros fatores, ter acesso ao lazer e a cultura. "Entendemos saúde como o bem estar biopsicossocial (biológico, psicológico e meio social) e incluir ações que por suas características possibilitam o enfrentamento mais adequado do estresse. Ao mesmo tempo, oferecer facilidade para a realização de programas com os colegas de trabalho, com possibilidade de incluir a família, reflete na sensação de bem estar, diminui o estresse e comprovadamente beneficia o organismo. É por isso que o setor está vinculado à área de Saúde", explica Mazo.

Outro trabalho do setor é a busca por convênios que ofereçam descontos ao servidor. Como um exemplo deste trabalho, o SEAG procurou restaurantes na região do Fórum de Execuções Fiscais para estabelecer convênios que permitissem aos servidores descontos na hora da alimentação.

O Setor de Convênios e Agenda Cultural, tem buscado:

- Fazer contato com as instituições de lazer de cada uma das subseções;
- Pesquisar os espetáculos em cartaz, divulgá-los, verificar o número de interessados, organizar a compra de ingressos, distribuí-los e arrecadar o pagamento dos mesmos;
- Visitar os fóruns na busca de informações sobre as necessidades dos servidores;
- Organizar pesquisas que visam o descobrimento dos talentos que os servidores possuem e, ainda, apresentá-los, por exemplo, em saraus ou exposições.

Além disso, como atua como extensão do Setor Qualidade de Vida, o SEAG também participa do planejamento e execução do projeto "Dança de Salão", que já funciona há algum tempo na administração central de São Paulo e, desde o mês de outubro, no Fórum Criminal e Previdenciário.

O SEAG tenciona, ainda, criar oportunidades para todos os servidores, incluindo os que estão lotados nas subseções do interior e do litoral. Fazer um trabalho de levantamento das possibilidades de cada uma das cidades, uma vez que as mesmas possuem especificidades distintas e credenciar suas entidades de lazer também faz parte dos planos do setor.

Marcelo Mazo diz que outro projeto importante que está sendo estudado é a possibilidade de trazer os servidores de outras subseções para assistirem peças de teatro e musicais que são organizados para os servidores da capital. "Da mesma forma estudamos a implementação do caminho contrário, ou seja, levar os servidores da capital para participar de determinadas atividades que ocorram especificamente no interior ou no litoral. A idéia é a promoção do intercâmbio entre as subseções e, em última análise, das potencialidades ou do conhecimento da Seção Judiciária do Estado de São Paulo".



Fotos: Germison R. de Andrade

Marcelo Mazo (esquerda) e Neemias Gomes de Oliveira

# Campinas

Viviane Ponstinnicoff

Rota de acesso para importantes rodovias, aeroporto internacional, grande parque industrial, populosa, pólo tecnológico e intelectual. Esta é a cidade de Campinas, onde está localizada a 5ª Subseção Judiciária da Justiça Federal. Campinas possui uma área de 801 km<sup>2</sup> e mais de 1 milhão de habitantes, e está localizada a 90 quilômetros a noroeste da capital São Paulo. O município compõe também quatro distritos: Joaquim Egídio, Sousas, Barão Geraldo e Nova Aparecida. É a terceira cidade mais populosa do estado de São Paulo e a nona do Brasil. É sede da segunda região metropolitana do estado de São Paulo.

Quando foi inaugurado em 27/3/1992 pelo desembargador federal Homar Cais, então presidente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, o Fórum Federal de Campinas atendia a 63 municípios. Naquele ano, as duas varas já estavam com cerca de 10 mil processos cada uma. Isso aconteceu porque a Justiça Estadual encaminhou para lá muitos processos que eram de competência federal. Antigamente os processos tributários eram a maioria. Agora, os previdenciários estão em maior número, tanto no Fórum quanto no JEF.

A 3ª e 4ª Varas foram instaladas em 28/4/1995; a 5ª Vara, de execução fiscal, foi implantada em 12/11/1999 e, por fim, a 6ª, 7ª e 8ª Varas Cíveis foram inauguradas em 21/3/2003, juntamente com a inauguração do prédio atual. Atualmente, o juiz diretor da 5ª Subseção é o juiz federal Raul Mariano Júnior.

O Fórum de Campinas atende a 35 municípios. Com oito varas e duas varas-gabinete no JEF, trabalham 15 juízes e 148 servidores nas varas e quatro magistrados e 29 servidores no Juizado.

Hoje tramitam aproximadamente 67 mil processos na 5ª Subseção. A média é de 2.700 processos na 1ª, 2ª e 3ª Varas (as mais antigas). Na 5ª Vara tramitam mais de 50 mil processos. Já nas varas mais novas a média é de 1.500 processos.

A cidade de Campinas é líder de uma região metropolitana de mais de 2,5 milhões de pessoas. De acordo com a administração do Fórum, "se somarmos a este número a população das cidades sob a competência da 5ª Subseção ultrapassamos 3 milhões de habitantes atendidos".

Para o juiz federal Valter Antoniassi MacCarone, da

4ª Vara Federal de Campinas, devido à forte expansão e, em especial, as obras de infraestrutura que estão sendo planejadas para a região, como Viracopos e o trem bala, "a expectativa é de um crescimento gigantesco e rápido. Consequentemente há necessidade que a Justiça Federal também acompanhe tal expansão com uma sede própria e maior do que a existente e, para isso, será necessário planejamento detalhado e urgente".

O Aeroporto Internacional de Viracopos está localizado a 14 quilômetros do centro de Campinas e a 100 quilômetros de São Paulo. Um dos mais expressivos centros de investimento da Infraero, Viracopos tornou-se um importante centro cargueiro da América Latina.

Na década de 90 o Aeroporto começou a ganhar destaque no segmento de carga aérea internacional, evidenciando sua principal vocação. Além da ampliação da infraestrutura, a modernização dos processos de movimentação da carga e do desembarço aduaneiro, desenvolvidos através de parceria junto à Receita Federal, o Aeroporto tornou-se referência em logística no cenário nacional.

A ampliação do Aeroporto Internacional de Viracopos já começou a se fazer sentir na Justiça Federal.

Trata-se de um grande projeto do governo federal, que irá transformar o segundo aeroporto de carga do Brasil no maior aeroporto da América Latina, adequando-o para um movimento de mais de 20 milhões de passageiros por ano até 2020.

Com o início das desapropriações de áreas para ampliação, já foram ajuizadas, numa primeira fase, cerca de mil ações na Justiça Federal. É previsto no desenvolvimento das fases seguintes, o ajuizamento de aproximadamente 3 mil ações de desapropriação. São aguardados, ainda, muitos outros impactos na atividade da Justiça Federal decorrente desse projeto, principalmente com o reinício dos vôos internacionais regulares no aeroporto e a construção da linha do chamado "trem rápido".

Campinas foi fundada em 14 de julho de 1774 e destaca-se hoje com um moderno parque industrial e tecnológico, fruto de um plano de instalação de "tecnopolos" e renomadas instituições de ensino superior, como a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e a Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC).



Fórum Federal de Campinas (acima) e prédio do Juizado Especial Federal







### Responsabilidade Internacional do Estado por Dano Ambiental

**Editora: Campus Editora**

**Autora: Alessandra Nogueira Reis**

A juíza federal Alessandra Nogueira Reis, titular da 11ª Vara-Gabinete do JEF em São Paulo, analisa em sua obra as teorias acerca da responsabilização internacional

do Estado, ressaltando a importância do fortalecimento da responsabilidade e do tratamento das questões ambientais em um foro próprio, desvinculado dos aspectos comerciais.



### Direito Sanitário

**Editora: Verbatim**

**Autora: Sueli Gandolfi Dallari e Vidal Serrano Nunes Júnior**

A obra dos autores Sueli Gandolfi Dallari e Vidal Serrano Nunes Júnior aborda o Direito Sanitário e apresenta entre outros tópicos: o direito à saúde na Constituição

de 1988; a repartição constitucional de competências e o sistema único de saúde; o Sistema de Vigilância Sanitária e a Propriedade Intelectual.

### CARTAS

Gostei muito da matéria Perfil Regional, sobre Santos, publicada na revista n.º 19. Apesar de trabalhar em São Paulo, sou santista e fiquei feliz em saber que a cidade está se desenvolvendo ainda mais por conta da camada pré-sal de petróleo. O porto é um lugar incrível e as fotos escolhidas foram ótimas. Gostei também de saber que abrirá uma Vara em São Vicente. Parabéns pela matéria.

### Luiz Guilherme Martins

Supervisão de Processamento Técnico - SUPT  
Núcleo de Biblioteca - NUBI - Justiça Federal/SP

Este espaço é dedicado a opiniões, sugestões, elogios e críticas do leitor. Encaminhe o seu texto para [jf-imprensa@jfsp.jus.br](mailto:jf-imprensa@jfsp.jus.br) ou entre em contato com o Núcleo de Comunicação Social pelo tel: (11) 2172-6432.

Temos abaixo 22 bandeiras de países, estados e cidades de todo o mundo. Relacione a letra da bandeira com o local (número) correspondente:

|   |  |                         |  |   |
|---|--|-------------------------|--|---|
| A |  | 1- Nova Iorque ( )      |  | M |
| B |  | 2- Santiago ( )         |  | N |
| C |  | 3- Tóquio ( )           |  | O |
| D |  | 4- São Paulo ( )        |  | P |
| E |  | 5- Tunísia ( )          |  | Q |
| F |  | 6- Croácia ( )          |  | R |
| G |  | 7- Guiana ( )           |  | S |
| H |  | 8- Santo André ( )      |  | T |
| I |  | 9- Distrito Federal ( ) |  | U |
| J |  | 10- Maranhão ( )        |  | V |
| L |  | 11- Tocantins ( )       |  | X |
|   |  | 12- Roraima ( )         |  |   |
|   |  | 13- Suriname ( )        |  |   |
|   |  | 14- Marília ( )         |  |   |
|   |  | 15- Bahia ( )           |  |   |
|   |  | 16- Acre ( )            |  |   |
|   |  | 17- Amazonas ( )        |  |   |
|   |  | 18- Pernambuco ( V )    |  |   |
|   |  | 19- Guarulhos ( )       |  |   |
|   |  | 20- Cairo ( )           |  |   |
|   |  | 21- Osasco ( )          |  |   |
|   |  | 22- Madrid ( )          |  |   |

Respostas: 1-H; 2-M; 3-A; 4-S; 5-L; 6-R; 7-J; 8-D; 9-E; 10-C; 11-P; 12-T; 13-O; 14-L; 15-U; 16-B; 17-N; 18-V; 19-F; 20-Q; 21-X; 22-G.



### IMAGEM DA VEZ

"Esse é o Pico do Chacaltaya, na Cordilheira dos Andes. Com 5.421 metros de altitude, abriga a estação de esqui mais alta do mundo. Ao fundo observam-se as nuvens, que me proporcionaram prazer inigualável ao ultrapassá-las..."

**Elaine Santos Paes - Seção de Controle de Ingresso, Lotação e Designações**

Magistrados e servidores podem enviar suas fotos para publicação na Revista pelo endereço: [jf-imprensa@jfsp.jus.br](mailto:jf-imprensa@jfsp.jus.br). As imagens deverão conter ou transmitir uma história, mensagem ou uma dica de viagem, e deverão ser de autoria do remetente e possuir boa resolução e qualidade fotográfica, com uma pequena frase explicativa.

# Boas Festas



**São os votos da Justiça Federal de São Paulo para todos seus magistrados, servidores e para todas as Instituições do Poder Judiciário.**

DIRETORIA DO FORO  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO